



MUNICÍPIO DE MESÃO FRIO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA NÚMERO DOIS

----- Aos vinte e oito dias do mês de Abril de dois mil e dez, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal, em sessão ordinária com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- Ponto um – Período antes da ordem do dia; -----

----- Ponto dois – Apreciação da informação escrita do senhor Presidente da Câmara acerca da actividade municipal e situação financeira; -----

----- Ponto três – Documentos de prestação de contas do ano de 2009 e Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respectiva avaliação – Proposta de aprovação; -----

----- Ponto quatro – Regulamento municipal de liquidação e cobrança de taxas (formulado em conformidade com o artigo 8º da Lei nº 53 E/2006, de 29 de Dezembro) – Proposta de aprovação. -----

----- Ponto cinco – Relatório anual de actividade/ 2009 da CPCJ – Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Mesão Frio – (nos termos do nº 2 do Artigo 32º da Lei nº 147/99, de 01 de Setembro) – Tomada de conhecimento; -----

----- Ponto seis – Período aberto ao público. -----

----- Estando presentes os membros da Assembleia Municipal, Eduardo Cassiano Nogueira Pinto de Miranda, Presidente da Mesa, Gabriela Maria Costa Rodrigues Alves, primeira secretária, Paulo Jorge Lacerda Cabral das Neves Lopes, segundo secretário, Manuel Pinto de Sousa, Pedro Carvalho Kendall, Carlos Manuel Pombo Soares Silva, André Filipe Miranda Monteiro, António César Vicente Nunes, Adalberto José Soeiro de Carvalho Sampaio, (PS), Maximiano Pereira Correia, José da Fonseca Alves, Maria Teresa Freitas Alves Lúcio, Victor Manuel Vieira Oliveira, Jorge Emanuel Machado Alves Cardoso, José Monteiro da Fonseca, Manuel Fernando Mesquita Correia, Manuel José Miranda Ferreira, Altino de Sousa, José Maria Cardoso Carreira, Arnaldo Ribeiro de Queirós (PPD/PSD), e os membros da Câmara Municipal: Alberto Monteiro Pereira, Presidente da Câmara, Mário Luís Mendes de Sousa Pinto, Nuno Vasco de Almeida Machado, (PS) e António José Rodrigues Teixeira (PPD/PSD),

Página 1 de 13



MUNICÍPIO DE MESÃO FRIO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

vereadores, deu-se início a esta sessão ordinária pelas vinte e uma horas e quinze minutos, depois da tomada de posse do deputado Arnaldo Ribeiro de Queirós, casado, com quarenta e nove anos de idade, agricultor, residente na Fonte Nova, Freguesia de Cidadelhe, portador do Bilhete de Identidade número 6696896, emitido em vinte e oito de Setembro de dois mil e um, pelo Arquivo de Identificação de Vila Real, procedendo-se à leitura da acta da sessão ordinária do dia vinte e quatro de Fevereiro de dois mil e dez. -----

----- Antes de passar à votação da referida acta, foram feitas duas correcções no que concerne ao registo da presença do deputado José Maria Cardoso Carreira, que por lapso não consta dessa acta, e ao nome do mesmo deputado, registado incorrectamente na página dois. -----

----- Tendo sido aceites, por todos os presentes, estes reparos à acta, esta foi aprovada por maioria, havendo apenas uma abstenção do senhor deputado Arnaldo Ribeiro de Queirós, por não fazer ainda parte da Assembleia Municipal à data dessa sessão. -----

----- Antes de dar início à ordem de trabalhos o senhor Presidente da Câmara Municipal de Mesão Frio solicitou ao senhor Presidente da Mesa que fosse alterada a referida ordem, iniciando-se a sessão pelo ponto quatro, uma vez que estava presente o técnico responsável pela apresentação do Regulamento municipal de liquidação e cobrança de taxas e este teria todo o interesse em sair, o mais cedo possível, de Mesão Frio, por ter de se deslocar para o Porto. -----

----- Tendo sido aceite esta alteração, o senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara que começou por referir que este documento, o qual tinha sido encomendado, pelo anterior executivo, ao senhor doutor Pedro e Costa, teria que ser aprovado até ao dia trinta de Abril. Salientou que este projecto tinha sido aprovado, por unanimidade, pela actual Câmara, em Janeiro, tendo estado aberta a discussão pública, sem que tivesse havido alguma sugestão de alteração. Acrescentou que, contudo, antes da aprovação final, se considerou importante fazer algumas correcções, sobretudo em relação à taxa relativa à área das construções. Lamentou que, no momento da aprovação, em sede de sessão de Câmara, este documento tenha sido aprovado



MUNICÍPIO DE MESÃO FRIO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Verdadeiro
apenas por maioria, visto que o deputado da oposição, Marco António Teixeira da Silva, votou contra o mesmo, não tendo apresentado qualquer razão que justificasse esse voto.

----- Após esta introdução, foi dada a palavra ao técnico responsável pela apresentação do documento que expôs de forma sucinta e objectiva a necessidade de alteração das taxas, face à actual legislação, dando alguns exemplos concretos dessas alterações. -----

----- Seguidamente o senhor Presidente da Mesa questionou o senhor Presidente da Câmara acerca da sua opinião sobre este documento. Este referiu o facto desta alteração ser imprescindível a qualquer cobrança e liquidação de taxas, sem ela o município não poderia aplicar nenhuma das taxas em vigor até ao momento. Acrescentou que houve o cuidado de não sobrecarregar os munícipes com as novas taxas, as quais considera equilibradas e justas. -----

----- O senhor deputado Maximiano Correia, interveio, afirmando discordar da apreciação feita, uma vez que estas taxas eram mais altas do que nos outros municípios, como no Peso da Régua, em Santa Marta de Penaguião ou em Baião. O mesmo deputado referiu-se concretamente aos prazos de construção de uma habitação, à licença de habitação, ao pedido de informação prévia, à apreciação do processo, à vistoria, ao pedido de destaque, entre outras situações. Acrescentou, ainda, que a leitura deste documento era confusa em relação à discriminação das taxas. Prosseguiu a sua alocação, referindo-se à taxa relativa a uma sepultura que passaria de dois euros para cerca de cem, quando noutros locais são muito mais baratas, à taxa aplicada a um edifício colectivo que passaria de mil e duzentos euros para cerca de três mil, mais do dobro, às taxas para prorrogação ou aditamentos que também são penalizadoras. Salientou também o facto de haver uma certa incongruência no valor da taxa aplicada, quando o pedido de licença é feito incluindo todos os metros quadrados de uma construção, o qual acabaria por ser mais elevado do que se o pedido fosse feito parcelarmente. Finalizou a sua intervenção, dizendo que a bancada do Partido Social-democrata tem tido uma postura colaborante com o actual Executivo, e que, embora não tivessem uma intenção de voto predefinida, seria necessário demonstrar cabalmente que o documento em discussão não será demasiado pesado para o município, para que a

Página 3 de 13



MUNICÍPIO DE MESÃO FRIO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mesma bancada aprovasse este Regulamento de liquidação e cobrança de taxas municipais. -----

----- Sendo dada a palavra ao senhor Presidente da Câmara, este lamentou que o período de discussão pública não tivesse servido para o senhor deputado Maximiano Correia apresentar estes motivos da sua preocupação, enquanto munícipe e arquitecto, acrescentando que, se houver um qualquer arquitecto que faça um aditamento a um dos seus projectos, pelos mesmos valores apresentados no documento, ele próprio o contrataria de imediato. Referiu ainda que estávamos a falar de “trocós” em termos de receitas para o município, salientando o facto do mesmo deputado ter analisado apenas cerca de vinte taxas num universo de oitocentas. Lamentou também a responsabilidade demonstrada pelo Partido Social-democrata que, no momento de aprovar o Regulamento, mostrava aquelas atitudes. -----

----- O senhor deputado Carlos Manuel Pombo Silva interveio, questionando se a comparação realizada pelo senhor deputado Maximiano Correia tinha sido feita com base em regulamentos actualizados e já aprovados e acrescentando que lhe parecia uma atitude pouco responsável colocar agora tantas questões, sem que tivessem feito uma única proposta. Acrescentou que, na sua opinião, estas dúvidas deveriam ter sido colocadas atempadamente, sobretudo por um técnico que sabe do que está a falar, que tem responsabilidade aqui, lá fora e pelo caminho. Defendeu que o regulamento proposto foi elaborado no princípio da igualdade e da proporcionalidade e que se deveria ter em conta que as taxas anteriores é que eram muito baixas. Relembrou que se tratava de um trabalho encomendado pelo anterior executivo, aprovada a proposta do novo regulamento por unanimidade, já no actual mandato, pela Câmara Municipal, executivo e oposição, colocado trinta dias em fase de discussão pública, sem uma única questão levantada ou proposta de alteração apresentada, reprovado posteriormente por um dos vereadores da oposição, sem justificação, e apresentado por um técnico que, sem qualquer interesse político, realizou este estudo. Considerou ainda que seria uma responsabilidade muito grande não aprovar este documento, pois sem ele a Câmara não poderia realizar o seu trabalho, piorando ainda mais o estado das finanças do município, resultado da gestão do Partido Social-democrata. -----



MUNICÍPIO DE MESÃO FRIO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- O deputado Maximiano Correia referiu que aquela era uma forma de fazer regulamentos como quem faz orçamentos com base nas despesas, acrescentando que ainda não se tinha referido ao sentido de voto do Partido Social-democrata. Considerou que se poderia actualizar as taxas de forma mais gradual. -----

----- O deputado José Alves referiu que as taxas previstas são superiores às de Baião e que, num concelho que tem um débito de doze milhões, se querem fixar as pessoas, devem ver os interesses dos munícipes. -----

----- O deputado Pedro Kendall lembrou o senhor deputado Maximiano Correia que o seu discurso, aquando das comemorações do vinte e cinco de Abril, tinha sido bastante assertivo, sabendo o mesmo deputado perfeitamente o que era fazer orçamentos com base na despesa, apresentá-los e aprová-los e sabendo também ver a diferença entre a actual gestão e a anterior. Considerou que, caso não aprovassem este documento, estariam a fazer uma política de “terra queimada”. -----

----- O senhor Presidente da Câmara interveio, mais uma vez, para acrescentar que as taxas não eram revistas há dezenas de anos e que, em cerca de cento e vinte e oito taxas alteradas, setenta subiram e trinta e poucas baixaram. Referiu ainda que estaríamos a analisar valores na ordem de um ou dois por cento, em termos do orçamento da Câmara. -----

----- O senhor Presidente da Mesa da Assembleia fez uma intervenção no sentido de apelar à bancada do Partido Social-democrata que fizesse chegar a sua opinião ao senhor vereador da oposição que votou contra este documento, sem apresentar declaração de voto, visto que estaria à espera que ele contribuísse com o seu interesse e com a sua experiência, nas sessões de Câmara, nas quais tem estado sempre presente. ---

----- O senhor deputado Maximiano Correia referiu que tinha a convicção daquilo que tinha dito, no vinte e cinco de Abril, e que houve muita coisa com a qual não tinha concordado, de modo expresso, relativamente à anterior gestão. Acrescentou que o vereador a quem se referia o senhor Presidente da Mesa fazia um percurso evidentemente isolado, não sendo as suas posições da responsabilidade do grupo do Partido Social-democrata. Antes de passar à votação deste documento o mesmo deputado pediu ao senhor Presidente da Mesa para que a sessão fosse interrompida por



MUNICÍPIO DE MESÃO FRIO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

alguns minutos, a fim da bancada do Partido Social-democrata definir o seu sentido de voto, o que foi aceite de imediato. -----

----- Reiniciados os trabalhos, o Regulamento municipal de liquidação e cobrança de taxas foi posto a votação, tendo sido aprovado, com nove votos a favor, do Partido Socialista, e onze abstenções, do Partido Social-democrata, tendo sido entregue à Mesa uma Declaração de voto. -----

----- Voltando ao início da Ordem de Trabalhos, Período antes da ordem do dia, pediram a palavra os seguintes deputados: José Alves, Vítor Oliveira, Carlos Silva, Adalberto Sampaio, Pedro Kendall e Maximiano Correia. -----

----- O senhor José Alves, em seu nome, agradeceu o apoio e solidariedade que o Presidente da Câmara manifestou a todos os municípios afectados pelas intempéries. Alertou, ainda, que é necessário que as linhas de água sejam respeitadas, tanto pelos agricultores como pela Câmara Municipal, para que não se voltem a repetir, ou que pelo menos se minimizem, catástrofes como a que aconteceu. Este referiu ainda a morosidade na entrega dos recibos da água, exemplificando com o seu caso pessoal: uma vez que procede ao pagamento por transferência bancária, só lhe são entregues os recibos muito mais tarde, causando-lhe alguns problemas, por causa da contabilidade. Acrescentou que era necessário rever esta situação, porque não custaria a quem vai fazer as leituras da água entregar esses mesmos recibos. -----

----- O senhor Victor Oliveira pediu esclarecimentos em relação à limpeza da Estrada Nacional cento e oito, no cruzamento com a Estrada Nacional cento e um, referindo ainda a construção de uma outra estrada. Informou também que tem uma viatura parada, no seu logradouro, em relação à qual os serviços da Câmara não têm que fazer qualquer intervenção, porque não está na via pública, sendo necessário chamar a atenção dos fiscais para essa situação. -----

----- O senhor Carlos Silva saudou a Protecção Civil, o senhor Presidente da Câmara, o senhor Vereador, Mário Luís Mendes de Sousa Pinto, e os Bombeiros pela pronta resposta à intempérie que se abateu no nosso concelho e pela forma como apoiaram as pessoas. Este deputado dirigiu-se os elementos do Executivo, questionando-os em relação aos apoios do Estado para os particulares afectados pela tempestade. Referiu

Página 6 de 13



MUNICÍPIO DE MESÃO FRIO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ainda que é necessário mais responsabilidade no que diz respeito às linhas de água que não podem ser alteradas, tratando-se de uma questão de civismo. Acrescentou que a lei vigente deve ser posta em prática, mas que a Câmara não é responsável pela fiscalização dos saibramentos. Frisou que não basta proteger a nossa propriedade, mas teremos de proteger, também, a do vizinho. Por último referiu que na sessão anterior se tinha congratulado pelas notícias positivas acerca do concelho de Mesão Frio, mas que tinha acabado de ter conhecimento de algumas notícias acerca do real endividamento deste Município e das consequências para o seu futuro financiamento, a diminuição dos apoios do poder central. Referiu por fim a indignação e o sentimento de revolta pelo facto de ter assistido a várias chamadas de atenção do Partido Socialista ao anterior Presidente da Câmara, recebendo como respostas afirmações irónicas, acerca do excessivo endividamento. Afirmou que acreditava que os elementos do Partido Social-democrata se sentissem ainda mais indignados, porque fomos todos enganados. Terminou a sua intervenção, questionando o actual executivo acerca da possibilidade destes apoios não serem retirados ao Município e querendo saber o que foi feito pelo anterior executivo face a esta situação. -----

----- O senhor Adalberto Sampaio, na sua intervenção, propôs um voto de louvor aos Bombeiros Voluntários e ao pessoal da Câmara pelo seu incansável trabalho na tentativa de minimizar os danos causados pela intempérie, o qual foi entregue à Mesa. -----

----- O senhor Pedro Kendall referiu que os recibos da água têm de ser emitidos de uma forma mais célere. Este referiu, ainda, que as linhas de água são regulamentadas pelo HIDRA e que a Câmara, no passado, fez um mau encanamento, tanto das águas como dos esgotos, o que faz com que estas linhas de água aumentem de forma perigosa. -----

----- O senhor Maximiano Correia, na sua intervenção, questionou o executivo em relação ao estacionamento junto à Escola E. B. 2,3/S Professor António da Natividade, querendo saber se era para manter nas condições actuais. -----

----- Na sequência das intervenções dos senhores deputados, o senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara que começou por agradecer o acompanhamento incansável do senhor Presidente da Junta de Cidadelhe, na noite da intempérie e também o seu voto de louvor, mostrando-se uma pessoa atenta à sua



MUNICÍPIO DE MESÃO FRIO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Freguesia, ao contrário de outros Presidentes de Junta que se deitaram a dormir sem avisar ninguém do que estava a acontecer. Salientou o trabalho do pessoal da Câmara de Mesão Frio, em Vila Marim, durante mais de quarenta e oito horas, também com a ajuda do pessoal de outras Câmaras Municipais. Acrescentou que ele próprio tinha acompanhado grande parte dos trabalhos, bem como o senhor Vereador Mário Pinto, este até às quatro horas da madrugada, e que, entretanto, já tinham ido visitar os locais mais afectados. Referiu ainda que já está agendada uma reunião com os agricultores afectados pela intempérie para estimar prejuízos. Fez também referência que os estragos nas partes Camarárias ascendem aos três milhões de euros, que o Governo Civil já tem conhecimento destes estragos e que irão ser apresentados em Lisboa, com o intuito de conseguir algum apoio. Quanto às linhas de água referiu que o PDM regula a construção, fora das linhas de água, estando já os fiscais municipais em termos preventivos. Disse ainda estarem a ser avaliadas três linhas de água, a fim de serem trabalhadas, e rectificado o ribeiro, para além disso já foi participada, pela Câmara, a destruição de uma linha de água, às entidades competentes no distrito de Vila Real. No que diz respeito aos recibos da água, o mesmo referiu não ter conhecimento desta situação, mas que iria inteirar-se e tomar as devidas providências para maior celeridade na emissão dos recibos. Informou, ainda, que o serviço da contagem também estava em reformulação, tendo sido dadas novas instruções. Relativamente à Estrada Nacional cento e oito, assegurou que os serviços da Câmara iriam tratar do assunto, tal como o tinham feito quando o senhor deputado Vítor Oliveira chamou a atenção para a situação da Estação, embora nesse caso a obra seja da responsabilidade da REFER, referindo que, no dia em que ele próprio se deslocou ao local, o carro que estava a impedir a inversão de marcha era o carro do próprio senhor Vítor Oliveira. Quanto ao seu veículo estacionado no logradouro, informou que foram colocados dísticos apenas para que fossem retirados veículos abandonados na via pública. Em relação à obra de que o mesmo deputado falou, sendo à entrada da Junta de Freguesia, estranhou que o próprio Presidente da Junta de Barqueiros não lhe tenha dado conhecimento dessa situação. Quanto aos resultados da Auditoria, o senhor Presidente da Câmara revelou que a dívida da Câmara é de doze milhões trezentos e noventa e quatro mil euros, relativamente ao

Página 8 de 13



MUNICÍPIO DE MESÃO FRIO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que está por pagar e encargos assumidos até trinta e um de Dezembro de dois mil e nove. Este informou que a Câmara foi notificada pelo Ministério das Finanças de que iriam ser retirados dez por cento do apoio, devido ao endividamento da Câmara de dois mil e oito, podendo imaginar-se o que vai acontecer com o de dois mil e nove, cerca de um milhão e trezentos mil euros, o que implica menos vinte e cinco mil euros mensais para o Município. Acrescentou que o documento da Auditoria foi enviado ao Ministério das Finanças e que, em princípio, a situação se manteria até à entrega do Saneamento Financeiro. Também informou que iria ter uma reunião em Lisboa, com o senhor Governador Civil e o senhor Secretário de Estado, a fim de analisar a situação financeira de Mesão Frio e de mais três concelhos do distrito de Vila Real. Referiu ainda que toda esta situação requer um grande sentido de responsabilidade e de solidariedade por parte de todos os responsáveis políticos do concelho. Relembrou que quando chegou um relatório do Tribunal de Contas, em Agosto de dois mil e oito, relativamente aos nove milhões de euros de dívida, para que o anterior Presidente da Câmara se pronunciasse, este deu como resposta, num breve ofício, que nada havia a acrescentar. Finalmente informou que tinha sido colocada, nessa mesma tarde, uma placa no referido local de estacionamento, permitindo um período de estacionamento livre fora do horário de paragem dos autocarros. -----

----- Seguidamente o senhor Presidente da Mesa deu a palavra aos seguintes deputados: senhor Vítor Oliveira, senhor José Alves, senhor Carlos Silva, bem como ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Barqueiros. -----

----- O senhor Vítor Oliveira esclareceu que o seu carro estava estacionado no lugar destinado aos passageiros da CP, como está sempre que vai trabalhar. -----

----- O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Barqueiros informou que tinha estado ausente e que apenas no dia anterior se tinha deslocado ao local da obra em causa, realizada pelo doutor Freitas, sendo do seu conhecimento que dois fiscais da Câmara teriam ido ao local. -----

----- O senhor José Alves referiu que não tinha nada contra os funcionários da Câmara, responsáveis pelo sector da água e que apenas gostaria de ver a situação resolvida. Acrescentou, ainda em relação às linhas de água, que, no Lugar da Banduja, a



MUNICÍPIO DE MESÃO FRIO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

estrada veio impermeabilizar os terrenos e que, não havendo aquedutos, está posta em perigo a segurança da população. -----

----- O senhor Carlos Silva referiu que os elementos da assembleia Municipal não eram ali colocados para falar de questões pessoais e isoladas, como a questão dos recibos da água, a qual já tinha sido participada nos serviços competentes. Acrescentou que a justificação apresentada pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Barqueiros não era aceitável, porque se ele não estava presente alguém teria de o representar. Frisou o facto de algumas Juntas de Freguesia não serem solidárias, nomeadamente na limpeza dos caminhos, na partilha de responsabilidades, na comunicação com a Câmara. Considerou que não seria para isso que andávamos na política, tratando-se de pura maldade política, contra o bem colectivo. Reforçou a sua posição dizendo que aquilo que é do bem comum não pode ter orientações politico-partidárias e que a politiquice não deveria ser trazida para a Assembleia Municipal. -----

----- Em seguida o senhor Presidente da Mesa pôs a votação o Voto de Louvor apresentado pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cidadelhe, o qual foi aprovado por unanimidade e aclamado, com uma salva de palmas, por toda Assembleia e pelo público presente. -----

----- O senhor Presidente da Mesa fez ainda um comentário final, relativamente à aparente falta de solidariedade de algumas Juntas de Freguesia, referindo estar convencido de que a actuação deste Executivo, com a colaboração desta Assembleia Municipal, iria fazer com que essas desinteligências de natureza político-partidária tivessem tendência a desaparecer e que não lhes restaria outra alternativa, a não ser colaborar. -----

----- Antes de passar ao segundo ponto, o senhor Presidente da Mesa informou que o deputado Eduardo Sampaio tinha entregue uma justificação de falta por motivo de doença, desejando-lhe rápidas melhoras e deu a conhecer a correspondência recebida. –

----- No segundo ponto da ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Câmara referiu que está a ser feito um excelente trabalho no sentido de minimizar custos, de estar sempre algum representante do Município em todas as reuniões e mostrou a agenda dos últimos dois meses. Foi abordada, ainda, a revisão do loteamento de Fundo de Vila e do



MUNICÍPIO DE MESÃO FRIO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

loteamento da Quelha, sem recorrer a engenheiros e arquitectos de fora. Falou ainda na zona envolvente da Igreja de Vila Marim e zona envolvente do cemitério em que os serviços da Câmara estão a trabalhar e referiu ainda que o terreno para o alargamento e estacionamento do cemitério já foi comprado. Em relação ao Centro Escolar, o senhor Presidente da Câmara referiu que já tem acesso, o qual no anterior Executivo não constava e referiu que este acesso vai permitir a construção de alguns fogos. Acrescentou que esta obra esteve atrasada devido aos cabos de alta tensão, pois as gruas não podiam trabalhar. Estes cabos de alta tensão, com o novo acesso, vão ser enterrados. Fez referência ao novo projecto para o Bairro Sá Carneiro e para a regeneração da parte de trás da Câmara. Referiu, ainda, que já foi aprovado um projecto para um Hotel de seis estrelas para Cidadelhe e um apoio de um milhão de euros para o Castro. Aproveitou para referir que, na reunião da Missão do Douro, foi aprovada a recuperação da casa de Domingos Monteiro, onde vai ser instalado um Centro de Estudos Literários, com uma participação deste Município em cerca de apenas sete por cento do orçamento previsto. Para terminar a sua intervenção fez referência à ETAR de Oliveira que ficou totalmente destruída, tal como muros, estradas e jardins desta Junta de Freguesia. Aproveitou ainda para referir que esta Câmara não pagava à A.D.S.E. há mais de dez anos e que este Executivo está a minimizar mais esta dívida. -----

Relativamente ao terceiro ponto da ordem de trabalhos, foi dada a palavra ao senhor Presidente da Câmara o qual começou por explicar que a Prestação de contas do ano de dois mil e nove era um documento técnico que reflecte as contas do exercício desse ano. Fez ainda referência ao abate de alguns bens da Câmara que não constavam na folhe de abate devido a uma falha do sistema, mas que fez questão de esclarecer junto dos serviços, apresentando a justificação escrita a todos os elementos da Assembleia Municipal. Salientou o facto da dívida ter aumentado nesse ano de dois mil e nove, ironicamente justificado por se tratar de ano de eleições. Apresentou um documento relativo à progressão da dívida desde dois mil e quatro, a qual subiu mais um milhão e oitocentos mil euros no referido ano. Quanto à situação dos juros, referiu ser bastante preocupante, sobretudo por causa da situação do país. Acrescentou que não



MUNICÍPIO DE MESÃO FRIO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

se entendia como houve tanto endividamento sem obra e agora sem possibilidade de assumir outros projectos, porque não haver dinheiro. -----

----- Aberto um período de discussão, o senhor deputado Pedro Kendall referiu que era voz corrente que os referidos bens tinham desaparecido, mas que agora se sabia que tinham sido abatidos, embora estranhasse que móveis em castanho, com poucos anos de utilização tivessem sido abatidos, considerando ser uma vergonha, não havendo nenhuma razão para abater este mobiliário. O senhor deputado Maximiano Correia interveio dizendo que haveria processos próprios para averiguar essas situações, referindo que, quanto à Prestação de contas, apenas se tratava de um documento técnico para aprovar, visto que as contas não deveriam estar mal feitas. O senhor deputado Pedro Kendall retorquiu lembrando que a questão não deveria ser desvalorizada, pois tinha significado político, na medida em remetia para a anterior gestão da Câmara. O senhor deputado Carlos Silva acrescentou que estava em causa um acto de gestão. Salientou que o município tinha perdido a oportunidade de construir um campo de futebol, embora tivesse investido num projecto de elevado custo para construir um outro num terreno de um particular, o que nunca veio a concretizar-se. Relembrou que também nessa altura a oposição fez todos os esforços para que não se avançasse para projectos dessa natureza, porque era um erro. -----

----- Finalmente foi referido pelo executivo que estavam ainda por pagar os manuais escolares do primeiro ciclo do ano lectivo de dois mil e oito/dois mil e nove, o passeio à Quinta da Malafaia, sessenta e dois mil euros de juros que só deram entrada depois de onze de Outubro, cerca de oito mil euros gastos em festas, e até camas de bebé que estão por pagar. -----

----- Terminadas todas as intervenções, os documentos foram postos a votação, tendo sido aprovados por unanimidade. -----

----- Seguidamente foi dado conhecimento do Relatório Anual da Actividade, de dois mil e nove, da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Mesão Frio, não tendo sido registada qualquer intervenção. -----

----- No período aberto ao público foi colocada uma questão, pelo munícipe Óscar Neves relativamente à actividade de um estabelecimento de cafetaria, sito na cave do



MUNICÍPIO DE MESÃO FRIO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

prédio onde este reside, sobretudo por causa do ruído, o que, segundo o mesmo munícipe defende, mereceria uma intervenção dos serviços de fiscalização da Câmara. -

----- O senhor Presidente da Câmara lamenta o que está a acontecer e referiu que quando se candidatou defendeu um slogan que ainda defende “Mesão Frio para todos”, e que as informações chegadas, por email e por telefone, da parte do senhor Óscar Neves, já foram analisadas com o jurista da Câmara, concluindo-se que este estabelecimento terá de se adaptar às novas condições de funcionamento, tendo sido já alvo de alguns autos que estão a correr na Câmara e na ASAE. Relembrou que o senhor Óscar Neves assinou um documento que possibilitou a reabertura do mesmo estabelecimento, como sendo de cafetaria simples e de restauração, mesmo sabendo de outras anteriores utilizações ilegais que trouxeram alguns problemas. O senhor deputado Carlos Silva pediu a palavra para esclarecer que nada o leva a duvidar do sofrimento daquela família, mas que será muito difícil apurar a violação do direito ao descanso e que essa verificação não é da competência da Câmara. Acrescentou que o direito ao trabalho também está consagrado na Constituição e que a licença de utilização daquele espaço pode ser fiscalizada pelos serviços da Câmara, mas que não se passa o mesmo com a situação do ruído. Sugeriu que fossem chamadas as autoridades policiais, quando houver evidência de ruído, sem necessidade de peritagem. -----

----- O senhor Presidente da Câmara concluiu que estava a aguardar as conclusões concretas de mais uma reunião com o jurista da Câmara. -----

----- Terminada a ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal suspendeu a sessão, a fim de ser redigida, para efeitos imediatos, a minuta da acta que, depois de lida, foi aprovada por unanimidade. -----

----- Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, pelas vinte e quatro horas e cinquenta minutos, da qual se lavrou a presente acta que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos elementos da Mesa da Assembleia Municipal. -----

O Presidente:

A primeira secretária:

O segundo secretário: